

ESAF — ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 1-AQ/2007

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 66 775/870903; identificação de pessoa colectiva n.º 501882618; data da apresentação: 14 de Julho de 2000.

Maria Irene Dias Emídio Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifico que ficaram depositados na pasta respectiva os documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção), 10 de Maio de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Dias Emídio Palma*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.
Secretário: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Júlio André.
Vogais:

Marcos Tavares de Almeida Lagoa.
Carlos dos Santos Moita.
Domingos Sottomayor Roque de Pinho.
José de Vargas Bulcão.

Fiscal único:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Alberto Henriques Assis.

Suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Alberto Henriques Assis.

Suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

Evolução da actividade

Enquadramento macroeconómico

Na zona euro confirmou-se a recuperação da actividade na segunda metade do ano, em linha com o que já era esperado. Esta aceleração deveu-se essencialmente a uma notória recuperação das exportações de bens e serviços. As importações também apresentaram um crescimento mais acentuado do que no 1.º semestre, confirmando que 1999 foi um ano de recuperação para as trocas comerciais num conjunto alargado de economias.

A economia norte-americana manteve um forte dinamismo, acima das optimistas previsões feitas há um ano. Quanto aos mercados emergentes, evidenciou-se a sua recuperação com especial destaque para os asiáticos. No Japão as incertezas continuam para o futuro próximo.

Quanto aos preços, apesar da maioria das fortes economias tenha registado taxas de inflação moderadas, o forte aumento do preço do petróleo ano longo de 1999, reflectiu-se, globalmente, no crescimento dos preços ao nível do consumidor, que na zona euro terá sido ainda mais acentuada por uma evolução cambial menos favorável do euro face ao dólar.

Sinais de deterioração da inflação a médio prazo, e em alguns países as fracas perspectivas de crescimento do mercado de trabalho, fez com que as autoridades monetárias reagissem de imediato. Nos EUA e no Reino Unido registaram graduais subidas das taxas de intervenção durante a segunda metade de 1999. O Banco Central Europeu aumentou as taxas no início de Novembro. Estes reajustamentos reflectiram-se num aumento das taxas de juro de longo prazo durante o ano de 1999.

Enquadramento macroeconómico nacional

O enquadramento internacional da economia portuguesa melhorou no 2.º semestre de 1999, confirmando-se os indícios positivos sobre a evolução económica mundial que foram surgindo durante o 1.º semestre.

Em Portugal durante 1999, verificou-se que a economia portuguesa continua um ciclo de crescimento económico e com perspectivas de continuidade para o ano 2000. O ano de 1999 foi marcado por um abrandamento na procura interna, não compensado pela evolução das exportações, pelo que a economia nacional desacelerou 1%, para um crescimento do PIB em 1999 de cerca de 3%, o qual deverá estar sustentado a médio prazo e apoiado pelos financiamentos comunitários.

Quanto ao mercado accionista, ficou patente que 1999 não foi um ano fácil para o investidor português, que após um início fulgurante, com uma valorização do PSI 20 de 8,5% na primeira semana do ano, os investidores tiveram que esperar pelo último trimestre para uma recuperação igualmente brilhante.

Em 1999 o mercado de obrigações caracterizou-se da seguinte forma:

Subida das taxas de juro do banco central americano em 0,5%;
Expectativa e subida em Novembro das taxas de juro do euro em 0,5%;
Subida das taxas de juro inglesas;
Manutenção em cerca de 0% das taxas de juro japonesas.

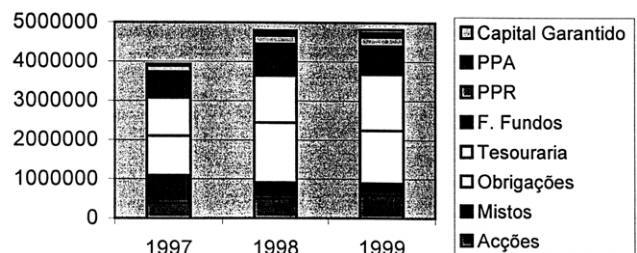
As consequentes subidas das *yields*, tiveram um impacto negativo nos fundos de investimento, com grande peso no mercado de obrigações, que consequentemente vieram a afectar os produtos mais conservadores. Este contexto gerou instabilidade e desconfiança nos diversos canais de distribuição deste produto, cujo impacto na evolução global do mercado dos FIMs foi considerável.

Para 2000 as perspectivas são positivas, pois o cenário aponta para o acréscimo de investimentos e exportações, sem perda do sentimento de confiança por parte dos consumidores nacionais.

Fundos de investimento mobiliário

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) registou em 31 de Dezembro de 1999 um volume total sob gestão de 4 829 094 milhões de contos, o que representa um crescimento de 0,5% no ano. Destes, 35% são fundos de investimento domésticos, 49% são fundos da zona euro e os restantes 16% são fundos internacionais. O volume em gestão no final de 1999 corresponde a 25,6% do PIB nacional, valor próximo do registado nos países do espaço euro.

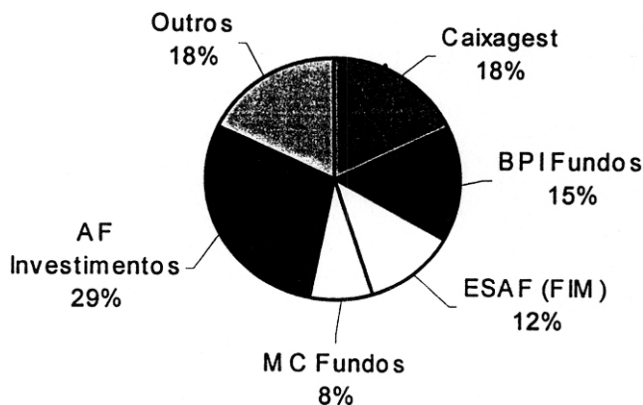
Relativamente à evolução por classe de activos, a preponderância manteve-se nos fundos de obrigações e de tesouraria nacionais, agora denominados Fundos de Obrigações Euro e Fundos de Tesouraria Euro, com um peso de 23% e de 25% no total do volume do mercado, respectivamente. De realçar ainda o forte crescimento verificado nos FIMs Internacionais que em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 781 037 milhões de contos, contra 162 142 milhões de contos em finais de 1998.



Quanto à tendência do mercado dos FIMs, 1999 caracterizou-se pela estabilização do volume sobre gestão (+ 0,5%). O número de sociedades gestoras manteve-se em 20 e o número de fundos decresceu de 276 para 272.

A evolução do volume em gestão dos FIMs domésticos da ESAF registou em 1999 um crescimento de 7,4%, o que representa um

volume total em gestão de 575 milhões de contos. Em termos relativos, a ESAF detém uma quota de mercado de 12%, a quarta maior sociedade gestora dos FIMs.

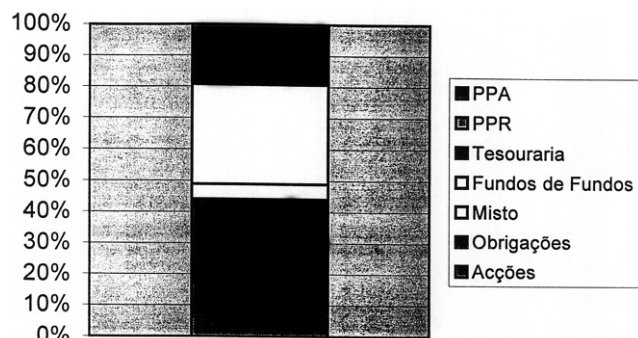


O crescimento da ESAF baseou-se na gestão eficaz das expectativas dos clientes do Grupo Banco Espírito Santo, sustentada através da boa *performance* dos principais fundos de investimento e do apoio comercial realizado junto das redes de distribuição.

A estratégia comercial em 1999 foi caracterizada pelos seguintes factores críticos:

- Focalização na gestão global do património do cliente;
- Segmentação da estrutura comercial do acompanhamento das redes, de acordo com a estrutura comercial de cada canal de distribuição;
- Estratégia comercial assente nos «produtos estrela» por segmento de actuação;
- Aumento do perfil de risco dos principais produtos com enfoque de objectivos;
- Maior eficácia na penetração e gestão da informação/formação das redes de distribuição;
- Segmentação da comunicação ao cliente;
- Optimização da gestão da venda e serviço pós-venda.

O Product Mix da ESAF por classe de activos, caracterizava-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 1999:



No seguimento da implementação da Estratégia Comercial, foram lançados os seguintes fundos durante 1999:

BES & BIC

Espírito Santo Acções América — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que investe principalmente em acções de empresas que apresentem solidez financeira e elevado crescimento económico, sendo predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América.

Espírito Santo Acções Global — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que investe em acções de empresas que apresentem a melhor *performance* de crescimento económico e financeiro sendo predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores de países da União Europeia, da Noruega, da Suíça, do Japão, de Hong Kong e dos EUA.

Espírito Santo Acções Rendimento — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que distribui rendimento no final de Junho de cada ano civil, correspondente a totalidade do valor dos dividendos líquidos recebidos pelos títulos em carteira. Investe principalmente em acções de empresas que apresentem a melhor *perfor-*

mance de crescimento económico e financeiro e sejam predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores de países da União Europeia, da Noruega, da Suíça, no Japão, de Hong Kong, e dos EUA.

Actividade comercial

A estrutura comercial em 1999 tinha uma equipa de sete consultores financeiros para o acompanhamento de um total de 580 balcões do GBES e 25 centros de *private banking*. Destes, três consultores estavam dedicados ao segmento de grandes clientes BES/Rede BIC/Private Banking e quatro consultores ao segmento de massa/BES. Em termos de acompanhamento, a actividade registou a seguinte evolução:

Formação às diversas redes de distribuição: em 1999 foram realizadas um total de 1980 horas de formação repartidas da seguinte forma:

1520 horas no BES:

880 horas no segmento de massa;
520 horas no segmento de grandes clientes;
200 horas no *private banking*.

380 horas no BIC:

Apoio da venda a nível do balcão;
Apoio pós-venda;
Controlo da informação qualitativa e evolução quantitativa de cada rede de distribuição.

A unidade de *help-desk*, composta por três operadoras e respectiva coordenadora, registou em 1999 o seguinte volume de actividade:

Resumo da actividade

	Número de contactos	Peso do <i>inbound</i> e <i>outbound</i> relativo à actividade do <i>help-desk</i> (percentagem)
Total de contactos <i>inbound help-desk</i>	15 374	69,22
Total de contactos <i>outbound help-desk</i>	6 837	30,78

Total de contactos *inbound help-desk*

Contactos <i>inbound</i>	Número de contactos	Peso relativo aos totais <i>inbound</i> do <i>help-desk</i> (percentagem)
Balcões BES	5 493	35,73
Centros <i>private</i>	2 077	13,51
Balcões BIC	504	3,28
Consultores ESAF	331	2,15
Linha Azul ESFC	396	2,58
Linha Verde ESAF	4 761	30,97
Outros	1 812	11,79

Total de contactos *outbound help-desk*

Contactos <i>outbound</i>	Número de contactos	Peso relativo aos totais <i>outbound</i> do <i>help-desk</i> (percentagem)
Balcões BES	1 398	20,45
Centros <i>private</i>	752	11,00
Balcões BIC	205	3,00
Consultores de investimento ESAF	447	6,54
Clientes e potenciais clientes ESAF	132	1,93
Campanhas ESAF	1 165	17,04
ESFC	2 567	37,55
Clientes e potenciais clientes ESFC	7	0,10
Outros	164	2,40

Adicionalmente esta unidade operacional tem a responsabilidade:

- Atendimento da Linha Verde;
- Contacto e envio de toda a informação para os diferentes canais de distribuição;
- Recepção e tratamento/processamento dos reembolsos/transferências de PPRs/PPAs;
- Recepção e tratamento/processamento do questões postas através de e-mail;
- Recepção e tratamento/processamento de todas as reclamações;
- Prestação de serviço às restantes áreas da ESAF.

Das actividades desenvolvidas durante 1999, releva-se o seguinte:

Fundos Poupança Reforma (PPR):

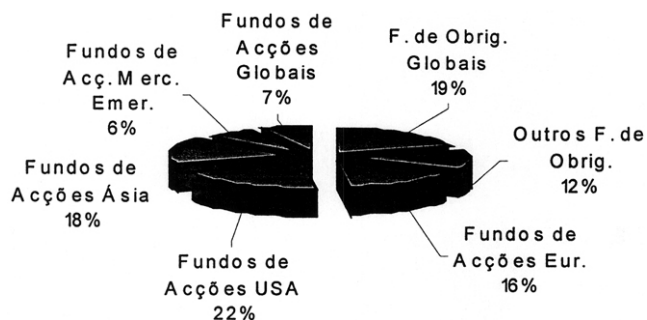
A ESAF comercializa o Fundo BIC PPR — Plano Particular de Reforma (Fundo Poupança Reforma), o qual durante 1999, passou a ser denominado BIC PPRE — Plano Particular de Reforma e Educação, que alargou o leque de benefícios, pois a partir de agora também possibilita a desmobilização para despesas de educação do participante ou de qualquer membro do agregado familiar.

O volume sob gestão em 1999 atingiu no BIC o valor de 6,156 milhões de contos, contra 4,796 milhões de contos em 1998, o que representa um crescimento de 28,4%.

Fundos de fundos:

O Espírito Santo Top Ranking foi em 1999, o melhor fundo de fundos a nível nacional, obtendo uma rentabilidade líquida de 25,01%, com um volume sob gestão que totalizava 34,6 milhões de contos.

Top ranking (composição da carteira em 31 de Dezembro de 1999)



Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	196 255	—	196 255	124 263
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	2 108 000	—	2 108 000	1 736 000
9 — Imobilizações incorpóreas	3 717	(3 544)	173	5 774
10 — Imobilizações corpóreas	219 964	(92 000)	127 964	160 188
(Dos quais: imóveis)	—	—	—	—
13 — Outros activos	27 551	—	27 551	21 272
15 — Contas de regularização	262 753	—	262 753	266 957
<i>Total do activo</i>	2 818 240	(95 544)	2 722 696	2 314 454

PASSIVO

	1999	1998
4 — Outros passivos	237 633	384 381
5 — Contas de regularização	776 216	541 556

Proposta de aplicação de resultados

O lucro do exercício de 1999 atingiu o valor de 683 000 766\$, para o qual, e nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação:

- a) Reserva legal: 68 300 076\$60;
- b) Distribuição aos accionistas: 513 700 689\$40;
- c) Distribuição aos colaboradores e órgãos sociais: 101 000 000\$00.

Referências

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., e em particular:

Ao Ministério das Finanças, ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pelo cuidadoso acompanhamento da sociedade;

À mesa da assembleia geral, ao conselho fiscal e à entidade fiscalizadora das contas dos fundos, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração;

Aos bancos depositários e entidades comercializadoras dos fundos, pela forma como vêm concretizando as tarefas inerentes às funções que lhes estão cometidas;

A todos os colaboradores pelo elevado sentido profissional e entusiasmo com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 8 de Março de 2000. — O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Relação de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Nome	Porcentagem
Accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social:	
Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.	100

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal.

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
a) Provisões para pessoas e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	—	—
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	10 000
9 — Capital subscrito	601 446	600 000
11 — Reservas	424 400	108 883
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	683 001	669 634
<i>Total do passivo</i>	<u>2 722 696</u>	<u>2 314 454</u>

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1999

DÉBITO

	1999	1998
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	1 198	262
2 — Comissões	1 465 385	1 607 530
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	13
4 — Gastos gerais administrativos	797 889	792 600
a) Custos com pessoal	312 405	243 031
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(264 809)	(195 186)
(— encargos sociais)	(38 653)	(38 015)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	485 484	549 569
5 — Amortizações do exercício	49 499	47 291
6 — Outros custos de exploração	9 252	3 398
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	91 919	58 400
10 — Resultados da actividade corrente	(1 056 318)	(1 140 479)
11 — Perdas extraordinárias	24 415	54 226
13 — Impostos sobre os lucros	411 343	422 466
14 — Outros impostos	300	22 851
15 — Lucro do exercício	683 001	669 634
	<u>3 534 201</u>	<u>3 678 671</u>

CRÉDITO

	1999	1998
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	61 631	61 904
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
3 — Comissões	3 409 763	3 588 068
7 — Outros proveitos de exploração	66	1
9 — Ganhos extraordinários	62 741	28 698
11 — Prejuízo do exercício	—	—
	<u>3 534 201</u>	<u>3 678 671</u>

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em contos: 1 conto = 1000 escudos)

1 — Actividade:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 23 de Julho de 1987, sob a forma de sociedade anónima, com a denominação social de Soginpar — Sociedade Gestora do Fundo de Investimentos Mobiliários, Multipar, S. A., com um capital social de 100 milhares de contos, tendo por objecto único a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário e qualquer outro que seja permitido por lei.

Em 1993, por escritura pública de 23 de Julho, foi alterada a denominação da sociedade para ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (ESAF — ESFIM). Igualmente por escritura pública, de 22 de Fevereiro de 1994, foi realizado o aumento de capital de 500 milhares de contos para 1000 milhares de contos, o mais recente de três aumentos de capital realizados, desde a constituição da sociedade, correspondentes à emissão de 500 000 novas acções de valor nominal de 1000 escudos cada.

Ainda por escritura pública de 9 de Maio de 1996, e no seguimento da deliberação dos accionistas da sociedade, detentores da totalidade do capital, tomada em assembleia geral realizada em 30 de Março de 1995, foi efectuada a redução de capital de 1000 milhares de contos para 600 milhares de contos, como forma de libertar parte dos capitais próprios considerados excessivos face ao valor global dos Fundos geridos pela ESAF — ESFIM.

Finalmente, a 31 de Março de 1999, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, procedeu-se à redenominação do capital social para 3 000 000 euros que, não alterando o número de acções emitidas, exigiu um ajustamento no capital de mais 1446 contos, efectuado por incorporação de parte da reserva legal, conforme instrução n.º 7/99 do Banco de Portugal.

A data do balanço a sociedade gere 35 fundos num total de 575,1 milhões de contos (1998: 535,3 milhões de contos) de activos sob gestão, os quais se apresentam como segue, de acordo com as respectivas características:

	1999	1998
Fundos de tesouraria	126,6	141,3
Fundos de obrigações	183,2	204,6
Fundos de acções	33,2	26,4
Fundos de poupança	12,7	10,0
Fundos de fundos	219,4	153,0

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da ESAF — ESFIM foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 417/91, de 26 de Outubro.

As sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário, estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, por força do n.º 1 do artigo 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As notas cujos números não são indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores a reportar.

3.2 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicáveis às demonstrações financeiras da sociedade são apresentadas como segue:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas de custos e de proveitos.

b) *Imobilizações incorpóreas.* — Incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a investigação, prospecção e posterior concretização de novos negócios no estrangeiro no âmbito do desenvolvimento da actividade da sociedade, a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados e despesas de carácter plurianual, sendo amorti-

zadas, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, em três anos (v. nota n.º 11).

c) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são depreciadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens ao serviço da sociedade:

	Anos
Mobiliário e instalações interiores	8-10
Equipamentos informáticos e de escritório	4-5
Veículos	4

d) *Pensões de reforma.* — A ESAF — ESFIM assumiu o compromisso de conceder ao seu pessoal, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, consagradas no Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário ao qual aderiram.

Através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro de 1995, o Banco de Portugal procedeu à uniformização dos parâmetros dos pressupostos actuariais e financeiros a utilizar para determinação do valor actual das responsabilidades dos respectivos planos de pensões.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tábua de mortalidade TV 88/90 e o valor actual dos salários projectados e actuais para o pessoal no activo e reformado, respectivamente:

	Porcentagem
Taxas previstas de evolução salarial:	
1999 e seguintes	4,5
1998	4,5
Taxas previstas de rendimento do Fundo:	
1999 e seguintes	7,0
1998	7,0
Taxa de crescimento das pensões	3,5

A sociedade obtém estudos actuariais periódicos, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

A ESAF — ESFIM efectua os pagamentos ao Fundo de acordo com o plano de contribuições determinado por referência ao método agregado, utilizando o *unit credit* projectado para determinação das responsabilidades por serviços passados e o *attained-age* para determinação das responsabilidades por serviços futuros, contabilizando o respectivo custo em cada exercício.

As contribuições para o fundo de pensões encontram-se contabilizadas na rubrica, da demonstração de resultados, provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos.

e) *Impostos sobre lucros.* — A ESAF — ESFIM está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 1999 não existem diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais.

f) *Comissões de gestão.* — A ESAF — ESFIM cobra, numa base mensal, directamente aos Fundos geridos uma comissão de gestão, correspondente a uma taxa fixa sobre o volume de activos.

9 — Créditos sobre instituições de crédito:

Relativamente a entidades relacionadas com o Grupo Banco Espírito Santo compreendem (i) depósitos a prazo, com vencimento num prazo inferior a três meses, no Banco Internacional de Crédito (BIC), no valor de 2 108 000 contos (1998: 1 736 000 contos) e (ii) depósitos à ordem no Banco Espírito Santo e Banco Internacional de Crédito no valor de 149 333 contos e 46 922 contos, respectivamente (1998: 43 153 contos e 80 348 contos, respectivamente).

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Transferências	Alienações/abates	Saldo líquido final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 452	137	(5 589)	—	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	240	—	(113)	—	—	127
Outras	82	—	(37)	—	—	46
	<u>5 774</u>	<u>137</u>	<u>(5 739)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>173</u>
Imobilizações corpóreas:						
Instalações interiores	3 516	375	(1011)	—	—	2 880
Máquinas, aparelhos e ferramentas	2 563	26	(905)	—	—	1 684
Mobiliário e material	54 309	—	(8 758)	—	—	45 551
Equipamento informático	3 353	—	(1777)	—	(24)	1 552
Material de transporte	94 565	(a) 33 593	(31 227)	—	(20 893)	76 036
Outras imobilizações corpóreas	342	—	(82)	—	—	260
	<u>158 648</u>	<u>33 994</u>	<u>(43 760)</u>	<u>—</u>	<u>(20 917)</u>	<u>127 963</u>
Imobilizações em curso:						
Equipamento	1 540	—	—	—	(1 540)	—

(a) Corresponde na íntegra à aquisição de viaturas para serviço.

24 — Pensões [v. nota n.º 3.2 d)]:

As responsabilidades com pensões de reforma pelos serviços passados em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 348 564 contos (1998: 253 227 contos) e encontravam-se integralmente cobertas por um fundo de pensões que, naquela data, ascendia a 356 089 contos (1998: 284 780 contos). O aumento significativo do valor das responsabilidades de 1999 comparativamente a 1998, é explicado sobretudo pela entrada de novos colaboradores, transferidos de outras instituições financeiras, tendo a ESAF FIM assumido essas responsabilidades por serviços passados.

Em 1998, o fundo de pensões contratado pela sociedade era o Fundo de Pensões GES, tendo durante o exercício de 1999, a socie-

dade procedido à substituição deste pelo Fundo de Pensões Multireforma.

Durante o exercício de 1999 procedeu-se à entrega ao Fundo de Pensões Multireforma, administrado pela ESAF — Espírito Santo Fundo de Pensões, S. A., de 73 534 contos (em 1998: ao Fundo de Pensões GES 48 400 contos), utilizando a totalidade das provisões constituídas durante o exercício no montante de 73 534 contos (v. nota n.º 25).

25 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões durante o exercício, foi o seguinte:

	Saldo líquido inicial	Reforços	Utilizações	Reduções	Saldo final
Provisões apresentadas no passivo:					
Provisões para pensões de reforma	—	73 534	(73 534)	—	—
Provisões para riscos bancários gerais	10 000	18 385	(28 385)	—	—
<i>Total</i>	<u>10 000</u>	<u>91 919</u>	<u>(101 919)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Os reforços das provisões para pensões de reforma reflectem o acréscimo efectuado para efeitos de especialização mensal de custos. As utilizações correspondem à contribuição efectuada em Dezembro ao fundo de pensões.

27 — Contas de regularização:

	1999	1998
Activo:		
Proveitos a receber:		
Comissões de gestão [v. notas n.ºs 3.2, alínea f), e 48, alínea c)]	219 021	254 960
Títulos e outras aplicações financeiras	8 649	5 361
Despesas com custo diferido:		
Campanhas de publicidade	—	4 025
ESAF — SGPS [v. nota n.º 3.2, alínea a)]	24 375	—
Outros	10 708	2 611
	<u>262 753</u>	<u>266 957</u>
Passivo:		
Custos a pagar:		
Despesas de comercialização e distribuição [v. nota n.º 48, alínea a)]	689 273	463 589
Encargo com férias e subsídio de férias do exercício a liquidar no ano seguinte	33 429	33 374

	1999	1998
Despesas por serviços de <i>advising</i> [v. nota n.º 48, alínea a)]	40 538	25 817
Outros	6 623	12 423
Outras contas de regularização	6 354	6 354
	<u>776 217</u>	<u>541 557</u>

O saldo de custos diferidos relativo à ESAF — SGPS inclui dois meses de facturação por serviços técnicos que apenas serão prestadas no exercício de 2000.

29 — Capital subscrito e reservas:

Em 31 de Dezembro de 1999, o capital da ESAF — ESFIM é detido em 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF SGPS).

De acordo com o artigo 3.º dos estatutos da sociedade, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do conselho de administração, até 1 milhão de contos.

No que se refere às reservas obrigatórias, aplica-se a legislação vigente para o sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), a qual exige que a reserva legal seja anualmente creditada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital da sociedade.

A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A reserva legal da sociedade em 31 de Dezembro de 1999 totaliza 174 399 contos (1998: 108 882 contos).

Os resultados líquidos da sociedade referentes a 1998, no montante de 669 634 contos, foram aplicados conforme deliberação da assembleia geral ocorrida em 31 de Março de 1999 como segue (em contos):

Reserva legal	66 963
Outras reservas	250 000
Distribuição aos colaboradores	86 500
Distribuição aos accionistas	266 171
	<u>669 634</u>

31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	1999	1998
Outros activos:		
Valores a recuperar do Estado — IRS	9 224	9 224
Outros	18 327	12 048
	<u>27 551</u>	<u>21 272</u>
Outros passivos:		
Fornecedores	77 700	76 791
IRC a pagar (v. nota n.º 41)	146 347	299 457
Retenções na fonte (IRS)	9 839	4 704
Contribuições para regimes de segurança social e assistência social (TSU, CAFEB, SAMS)	3 747	3 429
	<u>237 633</u>	<u>384 381</u>

32 — Fundos geridos:

À data do balanço, a sociedade administrava 35 fundos de investimento mobiliário (1998: 41), apresentados como segue:

Fundos de acções	Fundos de obrigações	Fundos de tesouraria	Fundos de fundos	Fundos de poupança
Espírito Santo Acções Europa	Espírito Santo Renda Mensal	Espírito Santo Curto Prazo	Espírito Santo Carteira	BIC Plano Particular de Reforma (BIC PPR)
Espírito Santo Mercados Emergentes	Espírito Santo Capitalização	Espírito Santo Tesouraria	Espírito Santo Portfólio	Espírito Santo Poupança Acções (PPA)
Espírito Santo Portugal Acções	Espírito Santo Obrigações Global	Banco Internacional de Crédito Tesouraria	Espírito Santo Estratégia Mais	
Espírito Santo Portugal Index	Espírito Santo Obrigações Europa	Espírito Santo Monetário	Espírito Santo Gestão Activa	
Espírito Santo All Stars	Espírito Santo Euro-fundo	Espírito Santo Liquidez	Espírito Santo Estratégia Moderada	
Espírito Santo Acções Global	Espírito Santo Portfólio Dinâmico	Espírito Santo Money Market	Espírito Santo Top Ranking	
Espírito Santo Acções Rendimento	Espírito Santo Renda Trimestral		Espírito Santo Opção Dinâmica	
Espírito Santo Acções América	Espírito Santo Fixed Income		Espírito Santo Opção Conservadora	
	Espírito Santo Multi-bond		Espírito Santo Portfólio I	
			Espírito Santo Opção Moderada	

34 — Pessoal:

A ESAF — ESFIM teve durante o exercício um efectivo médio de 18 colaboradores (1998: 22) ao seu serviço repartidos da seguinte forma:

	1999	1998
Administração	1	3
Quadros superiores	13	11
Quadros médios	4	6
Outros	—	2
	<u>18</u>	<u>22</u>

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

A ESAF — ESFIM suportou no corrente exercício 1760 contos (1998: 1530 contos) com remunerações atribuídas ao conselho de administração.

36 — Serviços de gestão:

Os serviços de gestão são prestados aos Fundos mencionados nas notas n.ºs 1 e 32 deste anexo.

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Os proveitos correntes da sociedade no exercício de 1999 tiveram origem, na quase totalidade em activos sob gestão do mercado nacional, excepção feita às comissões de gestão sobre os fundos de acções e obrigações constituídos por títulos estrangeiros, e apresentaram a seguinte distribuição:

	1999	1998
Comissões	3 409 763	3 588 068
Juros e proveitos equiparados	61 631	61 904
Outros proveitos de exploração	66	1
	<u>3 471 460</u>	<u>3 649 973</u>

39 — Outros custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

	1999	1998
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	700	1 590
Despesas não documentadas	2 340	682
Outros	6 212	1 126
	<u>9 252</u>	<u>3 398</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados corpóreos	725	329
Excesso de estimativa para impostos	33 655	26 932
Outros ganhos extraordinários	28 361	1 437
	<u>62 741</u>	<u>28 698</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realização de valores imobilizados corpóreos	5 732	13 809
Muitas e penalidades	4 284	3 061
Outras perdas extraordinárias	14 400	37 356
	<u>24 416</u>	<u>54 226</u>

41 — Imposto sobre o rendimento:

A ESAF — ESFIM está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama (10% para o distrito de Lisboa)

Os encargos do exercício com impostos sobre os lucros foram calculados tendo em consideração o disposto no Código do IRC e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis às sociedades.

O pagamento do imposto sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pela administração fiscal nos quatro ou cinco anos subsequentes, consoante digam respeito aos exercícios de 1998 e 1999 ou anteriores, respectivamente.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos a pagar e pagos pela ESAF — ESFIM, com referência aos exercícios de 1999, 1998 e 1997, analisa-se como segue:

	1999	1998	1997
Lucro contabilístico antes de impostos	1 094 344	1 092 100	552 452
Despesas não documentadas	2 340	682	11 412
Menos-valias contabilísticas	5 732	13 810	715

	1999	1998	1997
Multas e penalidades	4 284	3 061	180
Reintegrações e amortizações não aceites	5 961	2 888	1 823
20% das despesas de representação	3 423	2 631	3 128
20% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	9 159	8 372	5 661
Liquidação adicional de IRC	—	16 898	—
Perdas relativas a exercícios anteriores	14 389	20 319	—
Provisão não aceite fiscalmente	—	10 000	—
Menos-valias fiscais	(7 901)	(14 689)	(775)
Excesso da estimativa para impostos	(33 655)	(26 931)	(18 786)
Outros	(8)	(100)	(2 942)
Lucro tributável	1 098 068	1 129 041	552 868
Estimativa de impostos sobre lucros (37,4%) (a)	411 342	422 466	210 899
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (percentagem)	37,6	38,7	38,2
Retenções na fonte	36	—	—
Pagamentos por conta efectuados no exercício	264 959	123 009	72 873
IRC a pagar (v. nota n.º 31)	146 347	299 457	138 026

(a) A estimativa para impostos sobre lucros inclui 30% das despesas não documentadas.

43 — Consolidação:

As demonstrações financeiras da ESAF — ESFIM são consolidadas pela ESAF — SGPS, com sede social na Avenida Álvares Cabral, 41, em Lisboa, a qual detém 100% do capital da sociedade (v. nota n.º 29).

47 — Informação relativa a empresas do grupo e empresas associadas:

As transacções realizadas no exercício entre a sociedade, a ESAF SGPS e as restantes subsidiárias do Grupo ESAF resumem-se a 173 062 contos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos e

correspondem a serviços técnicos de administração e gestão prestados pela ESAF — SGPS [v. nota n.º 48, alínea b)].

Os saldos e transacções com outras entidades do Grupo Banco Espírito Santo resumem-se, respectivamente, aos mencionados nas notas n.ºs 9, 27 e 48, alínea a).

48 — Outras informações relevantes para apreciação das demonstrações financeiras:

a) Custos com comissões:

As comissões suportadas pela ESAF — ESFIM decompõem-se como segue:

	1999	1998
Por serviços bancários	725	772
Despesas com a comercialização e distribuição de unidades de participação (a)	1 165 921	1 390 609
Despesas com serviços de <i>advising</i>	295 278	214 010
Outras comissões	3 461	2 139
	1 465 385	1 607 530

(a) As despesas com a comercialização e distribuição de unidades de participação são pagas às entidades comercializadoras (BES e BIC), entidades integradas no Grupo Banco Espírito Santo.

b) Outros gastos administrativos:

Os Outros gastos administrativos decompõem-se como segue:

	1999	1998
Serviços prestados pela ESAF — SGPS	173 062	117 000
Serviços especializados	93 873	32 164
Comunicação	7 900	63 670
Publicidade e edição de publicações	89 597	227 375
Deslocações, estadas e representação	56 129	47 417
Outros	64 923	61 943
	485 484	549 569

c) Proveitos com comissões:

As comissões recebidas pela ESAF — ESFIM decompõem-se como segue:

	1999	1998
Comissões de intervenção:		
De gestão sobre os fundos de investimento mobiliário [v. nota n.º 3.2, alínea f)]	2 892 322	2 295 108
De emissão de unidades de participação	236 411	408 452
De resgate de unidades de participação	281 030	584 508
	3 409 763	3 588 068

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de 2 722 696 contos e um total de capital próprio de 1 708 847 contos, incluindo um resultado líquido de 683 001 contos), a demonstração de resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1.º acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e demais legislação aplicável às sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário.

Lisboa, 30 de Março de 2000. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Alberto Henriques Assis*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração de resultados e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 30 de Março de 1999. — O Fiscal Único: Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por *António Alberto Henriques Assis*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 22 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 2000, pelas 14 horas, reuniu, na sede social da sociedade, sita na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa, a assembleia geral anual da sociedade denominada ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., pessoa colectiva n.º 501882618, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 66 775, com o capital social de 3 000 000 de euros, com a presença do representante da sua accionista única, a sociedade ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., Dr. Marcos Tavares de Almeida Lagoa, que fez entrega à mesa, para arquivo, do respectivo instrumento de representação.

Assim, encontrando-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pelo representante da accionista foi manifestada a vontade de que a presente reunião se constitua em assembleia geral universal, e que as deliberações respectivas tenham o valor de deliberações unânimes e por escrito, ao abrigo do disposto na primeira parte do n.º I do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos, aprovada:

1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando o relatório de gestão e contas do exercício de 1999;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º I do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Madalena Quintanilha Mantas.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do fiscal único da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração de resultados relativos ao exercício de 1999, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Referiu ainda que o mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) registou em 31 de Dezembro de 1999 um volume total sob gestão de 4 829 094 milhões de contos, o que representa um crescimento de 0,5% no ano. Destes, 35% são fundos de investimento domésticos, 49% são fundos da zona euro e os restantes 16% são fundos internacionais. O volume em gestão em final de 1999 corresponde a 25,6% do PIB nacional, valor próximo do registado nos países do espaço euro.

Relativamente à evolução por classe de activos, a preponderância manteve-se nos fundos de obrigações e de tesouraria nacionais, agora denominados Fundos de Obrigações Euro e Fundos de Tesouraria Euro, com um peso de 23% e de 25% no total do volume do mercado, respectivamente. De realçar ainda o forte crescimento verificado nos Fundos de Investimento Mobiliário Internacionais que em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 781 037 milhões de contos, contra 162 142 milhões de contos em finais de 1998.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e contas da sociedade, relativos ao exercício de 1999, os quais foram aprovados pelos votos da accionista única da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pela accionista única a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração:

O resultado líquido do exercício de 1999 atingiu o valor de 683 000 766\$ para o qual e nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação de resultados:

- a) Reserva legal: 68 300 076\$60;
- b) Distribuição aos accionistas: 513 700 689\$40;
- c) Distribuição aos colaboradores: 101 000 000\$.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pela accionista única, um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao fiscal único, bem como a cada um dos seus membros pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa, pela secretária que a elaborou e pelo representante da accionista, o Dr. Marcos Tavares de Almeida Lagoa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, presidente — *Madalena Quintanilha Mantas*, secretária — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, em representação da accionista única, ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. 3000221164

INVESTIL — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 1-AR/2007

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 63 090/860514; identificação de pessoa colectiva n.º 501683542; número e data da apresentação: 28/15 de Junho de 2000.

Maria Filomena da Costa Silva Loureiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (2.ª Secção), 14 de Fevereiro de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Sotto-Mayor Coelho de Sousa.
Administrador-delegado: Alfredo Augusto Anes Gonçalves.
Vogais:

António Francisco Araújo Pontes.
João Adriano Antunes Ribeiro.
Fernando Marques Pereira.

Fiscal único:

Silva Neves & Teresa Marques, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Joaquim Manuel da Silva Neves, revisor oficial de contas.

Fiscal único (suplente): Pedro Matos Silva.

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Banco Nacional Ultramarino, representado por Marta de Medina Cochat-Osório.

Secretários:

Daniel Manuel Guerreiro Mendonça.
Carlos José da Silva Bagão.

Mensagem do presidente

Srs. Accionistas:

De harmonia com a lei e os estatutos vem o conselho de administração submeter à vossa aprovação o relatório e as contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

Completo a nossa sociedade no pretérito ano o seu 14.º exercício e é-me grato assinalar os resultados obtidos num contexto que não foi dos mais favoráveis dos últimos anos. De facto, e quase universalmente, a indústria de Fundos de Investimento Mobiliário (FIMs) registou um afrouxamento no forte ritmo de crescimento que vinha registando, tendo-se entre nós quedado em 0,6%. Em contraste, o volume dos FIMs geridos pela Investil registaram um crescimento de 28,6%, tendo alcançado uma quota de mercado nitidamente superior à generalidade de outros produtos financeiros oferecidos no âmbito do BNU.

E é de justiça reconhecer que será tal mérito, em primeiro lugar, dos próprios clientes do BNU e participantes dos nossos FIMs, que souberam valorizar princípios de prudência, de oportunidade e de inovação, enformadores da gestão da Investil. Será também mérito de toda a rede e direcções comerciais do BNU que bem compreenderam a relevância e os benefícios (tangíveis e intangíveis) decorrentes de uma oferta de FIMs no contexto de uma panóplia diversificada de produtos financeiros. E é, obviamente, mérito dos colaboradores da Investil que, pelo seu empenho, dinamismo e criatividade, permitiram obter resultados significativamente positivos numa envolvente algo adversa.

Para o ano em curso manifestamos a convicção de que algumas das razões que estiveram na base dos resultados do exercício findo — a colaboração do banco depositário, o empenho e criatividade de todos quantos trabalham na Investil — possibilitarão ir ainda mais além, reforçando a utilidade da sociedade no contexto do Grupo em que está integrada.

O Presidente do Conselho de Administração: *Manuel Sotto-Mayor Coelho de Sousa*.

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macroeconómico

1.1 — Internacional

O ano de 1999, foi marcado pela estabilização ou mesmo recuperação das zonas mais afectadas pela crise financeira internacional que surgiu no ano precedente. Os Estados Unidos continuaram a liderar o crescimento da economia mundial, enquanto que os países asiáticos, atingidos pela crise em 1998, observaram uma recuperação mais firme nas respectivas economias.

Na União Europeia verificou-se uma revisão em alta do crescimento do produto e uma reanimação da procura interna, associada à evolução favorável das trocas líquidas com o exterior, a que não foi alheia a depreciação do euro face ao dólar e ao iene.

O crescimento da economia dos Estados Unidos da América ficou a dever-se a uma forte procura interna e à melhoria da conjuntura internacional, sendo que o aumento do PIB terá atingido os 4% em 1999. O vigor do consumo privado norte-americano, que tem alimentado este excepcional ciclo de crescimento económico, traduziu-se, este ano, em sinais de sobreaquecimento da economia, com a inflação média a situar-se nos 2,5%, o que teve como consequência a subida das taxas de referência por parte da *Federal Reserve*.

A economia nipónica registou um crescimento do produto na ordem de 1%. Este valor não deixa contudo de ser expressivo, na medida em que representa um crescimento de 3,8% face ao ano anterior. As exportações foram o factor que contribuiu decisivamente para este crescimento, dado que o consumo privado apresentou um crescimento muito diminuto e o investimento registou um decréscimo em termos homólogos, devido aos desequilíbrios estruturais e financeiros graves que afectam ainda muitas empresas.

1.2 — Nacional

Em 1999, a economia portuguesa registou uma taxa de crescimento real da ordem dos 3,4% contra 4,3% verificados no ano precedente.